

Futebol, política e identidades

Felipe Cittolin Abal¹

Arthur Lodi²

Resumo: O trabalho discute o uso político do futebol e a liberdade de expressão das torcedoras nos estádios. Com isso, busca demonstrar como o ato de torcer está relacionado com a representação e a expressão da identidade feminina. Enquanto campo social específico, o esporte também reproduz as lutas pelo monopólio da função legítima que ele deve ter na sociedade. Sendo o futebol um fenômeno sociocultural, torcer também é um ato político de resistência para as mulheres.

Palavras-chave: Direitos Humanos; Futebol; Futebol Feminino; Identidades; Política.

Football, politics and identities

Abstract: This article discusses the political use of football and the freedom of expression of female fans in stadiums. With this, it seeks to demonstrate how the act of cheering is related to the representation and expression of the female identity. As a specific social field, sport also reproduces the struggles for the monopoly of the legitimate function it should have in society. Considering that football is a sociocultural phenomenon, cheering is also a political act of resistance for women.

Keywords: Football; Human Rights; Identities; Politics; Women's Football.

Introdução

Algumas das características da sociedade brasileira podem ser estudadas por meio do futebol, pois preconceitos, preferências e tendências acabam, muitas vezes, ultrapassando os muros do estádio (ABAL, 2016). O futebol reproduz, em certa medida, a estrutura social das relações de poder e dominação, porque – enquanto fenômeno – também é influenciado por certas condições sociais, históricas, econômicas, políticas e culturais. Da mesma forma, também é capaz de influenciar a sociedade, tendo em vista o seu poder de mobilizar as pessoas, despertando nelas diversos sentimentos – tais como paixão, emoção, frustração e esperança.

Diante disso, a maneira como as pessoas atuam na sociedade, a maneira como são reconhecidas enquanto integrantes de grupos e a maneira como são constituídas as suas identidades também estão relacionadas às estruturas que compõem a sociabilidade capitalista (ALMEIDA, 2015). Àquelas pessoas inseridas no meio do futebol, questões relacionadas ao esporte desempenham um papel importante na representação e na expressão das suas próprias identidades.

1 Doutor em História pela Universidade de Passo Fundo/RS. E-mail: felipe.c.abal@hotmail.com

2 Universidade de Passo Fundo/RS.

Dividido em duas seções, o objetivo do presente trabalho é investigar – a partir da sociedade brasileira – (i) a relação entre futebol e política e (ii) a relação entre futebol e identidades. Inicialmente, na primeira seção, busca-se compreender a maneira como políticos utilizaram esse esporte para aumentar a popularidade de seus governos. A análise fica restrita a três períodos históricos: os governos de Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek e Emílio Médici. Para tanto, realiza-se pesquisa bibliográfica junto a Abal (2016), a Couto (2014), a Guterman (2009) e a Helal e Gordon (2002). Dialogando com esses autores, pretende-se verificar de que maneira aqueles políticos conseguiram explorar pelo viés do futebol o sentimento de identidade nacional.

Posteriormente, na segunda seção, destaca-se como o uso político do futebol reflete também em um dos principais atores desse campo social: as torcidas. Para fins específicos deste trabalho, foca-se especificamente nas torcidas femininas. Parte-se da premissa de que existem inúmeras formas legítimas de como “torcer” dentro de um estádio – uma delas é, justamente, utilizar o futebol como meio para se manifestar sobre questões sociais e políticas. Isso é o que muitas mulheres têm feito, ao se reunirem em grupos nas arquibancadas. Assim, pretende-se demonstrar como o ato de torcer também é político e está relacionado com a representação e a expressão da identidade feminina.

Na segunda seção, utiliza-se o trabalho teórico da filósofa Martha Nussbaum (2011) – especialmente no que se refere às capacitações (*capabilities*). O objetivo é verificar como a sua abordagem complementa a linguagem dos direitos humanos e pode auxiliar na concretização de direitos. Em linhas iniciais, convém mencionar que Nussbaum concebe as capacitações como objetivos/metapas que cumprem ou correspondem a direitos pré-políticos, isto é, pertencem às pessoas pelo simples fato de possuírem dignidade humana, e dão ao Estado o dever de garanti-las para que uma sociedade seja considerada justa. Para as torcidas femininas nos estádios, isso importa na medida em que necessariamente exige do Poder Público um conjunto de ações afirmativas e institucionais para que possam exercer seus direitos de forma plena e efetiva.

O uso político do futebol nos governos Vargas, Kubitschek e Médici

No Brasil, a primeira grande conexão entre o futebol e poder ocorreu na Era Vargas, durante o Estado Novo. Nessa época, o perfil de Getúlio Vargas se tornou profundamente autoritário e controlador, sobretudo no que se refere à dissidência política, aos meios de comunicação e às organizações sindicais. Ele viu no futebol uma oportunidade para expandir o populismo, atribuindo ao esporte o papel de centralidade no seu projeto de poder (ABAL, 2016).

Houve um maciço trabalho de difusão e criação de um espaço naturalizado para o futebol – um processo conscientemente executado por agentes do mundo esportivo e político. A estratégia de pacificar o futebol brasileiro e de expandir a sua prática para todas as camadas sociais estava relacionada às políticas de integração nacional, em que o futebol deveria ser representado e controlado por uma entidade que defendesse os “interesses” da população brasileira (HELAL; GORDON, 2002).

Nesse período, setores da intelectualidade e da imprensa também ajudaram a constituir o futebol em um espetáculo de massa e em um elemento da cultura popular. Gilberto Freyre gestou a noção de “democracia racial”, a qual acabou se infiltrando nos modelos de explicação da identidade nacional. Mário Filho escreveu crônicas épicas sobre partidas de futebol nas páginas dos principais jornais do país (HELAL; GORDON, 2002).

Enquanto elemento da cultura popular, o futebol era peça central na construção do ideal de identidade nacional. Vargas utilizou amplamente a popularidade desse esporte como forma de construir forte relação

com o povo, visando a promover uma associação simbólica do futebol com contextos mais totalizantes da realidade social (HELAL; GORDON, 2002). Sua estratégia baseava-se no fortalecimento da imagem do Estado – relacionando-o aos êxitos da seleção brasileira – e na retomada do discurso higienista de exaltação da domesticação da população por meio do controle de seus movimentos corporais (COUTO, 2014).

Nesse aspecto, tinha certa inspiração no regime fascista, uma vez que Mussolini também colocou em prática um projeto centralizador de aparelhamento do futebol, encontrando nos êxitos da seleção italiana as bases para instaurar o sentimento de unidade entre os nacionais. No Brasil, Vargas empreendeu esforços para estatizar o controle do esporte, acelerando o processo de profissionalização como uma forma de atrair o apoio dos atletas e das camadas populares (GUTERMAN, 2009).

Em 1958, para comemorar o primeiro título mundial da seleção brasileira, popularizou-se a marchinha “a taça do mundo é nossa”. Pela primeira vez um presidente teve a chance de explorar o poder mobilizador que uma conquista comandada por Pelé, Garrincha e Didi naturalmente já proporcionaria (GUTERMAN, 2009). Juscelino Kubitschek realizou inúmeras alterações em seu governo sem qualquer repercussão – em alguma medida devido à ampla cobertura dada ao evento esportivo. Ele chegou a brincar com a situação, perguntando quando seria a próxima Copa do Mundo para que pudesse intervir nos ministérios (ABAL, 2016).

O título de 1958 também veio para coroar os “anos dourados” atribuídos ao seu governo. Nesse sentido, o lema “cinquenta anos de desenvolvimento em cinco de governo” simbolizava o ideal de modernização do país, algo que Juscelino também buscou por meio do futebol. Amigo pessoal de Kubitschek, João Havelange foi escolhido por ele para reformular a Confederação Brasileira de Desportos (CBD). Durante o mandato de Havelange, a seleção conquistou três títulos mundiais em um espaço de doze anos.

A ditadura instaurada no Brasil após o golpe de 1964 viu no forte apelo popular do futebol uma oportunidade para promover o regime. Durante vinte e um anos, as estratégias adotadas foram diversas, passando pelo aparelhamento da CBD, pela construção de grandiosos estádios e pela criação de uma competição de proporções nacionais (HELAL; GORDON, 2002). Em 1979, o campeonato brasileiro chegou a ter noventa e quatro clubes na disputa, popularizando a máxima “onde a ARENA vai mal, mais um clube no nacional. E onde a ARENA vai bem, mais um clube também”. O lema se referia à utilização do futebol para garantir o poder do partido político que sustentava o regime. As medidas tinham o objetivo de reforçar a ideia de um país integrado por meio do futebol.

Nas eliminatórias para a Copa de 1970, apesar dos bons resultados, o técnico João Saldanha foi demitido pouco antes do início do torneio. O fato levantou suspeitas de interferência direta do presidente Emílio Médici, pois Saldanha tinha ligações com o Partido Comunista Brasileiro. Por parte dos militares existia o temor de o técnico denunciar perante o mundo, durante a Copa de 1970, as atrocidades cometidas pelo regime militar (ABAL, 2016). À época, o Brasil já vivia sob o AI-5, instituído pelo presidente Costa e Silva, em 1968, o qual suspendeu a concessão de habeas corpus, cassou mandatos políticos e restringiu as liberdades de expressão e reunião, entre outras medidas (SCHWARCZ, 2017).

Ao estreitar os laços com a seleção brasileira, Médici talvez tenha sido o presidente da ditadura militar que mais conseguiu explorar ideologicamente o futebol. Ele gostava do esporte e frequentava as tribunas de honra dos estádios. Promovido pela propaganda oficial a torcedor número um do país durante a Copa do Mundo, decretou feriado para comemorar o tricampeonato mundial da seleção brasileira, em 1970 (RAMOS, 1988). A conquista marcou um dos pontos altos da integração nacional via futebol.

Naquele contexto, o título não dizia respeito apenas à glória esportiva, era também uma vitória do modelo de sociedade pregado pela ditadura militar. Por meio da Assessoria Especial de Relações Públicas,

Médici explorou elementos ufanistas, em que o futebol era retratado como elemento central do “novo” Brasil. A ampla difusão da marchinha “pra frente, Brasil, salve a seleção!” simbolizava a construção do sentimento de unidade em favor da “nação”, com vista a instaurar o clima de comoção entre os brasileiros. Médici utilizou politicamente o triunfo da seleção ao mesmo tempo que reprimia e censurava opositores, inflando o ufanismo e cooptando o apoio popular (COUTO, 2014).

Futebol e política são domínios que seguem juntos. Como uma atividade que se manifesta a partir da sociedade, o campo social do futebol também reproduz as disputas ideológicas e políticas existentes. Atribuir ao futebol um papel elementar em seu projeto de poder ajudou o governo Vargas, a partir de 1930, a construir o ideal de identidade nacional. Conquistar o primeiro título mundial, em 1958, combinou com o plano de metas “cinquenta anos em cinco” de Juscelino. Utilizar o sucesso da seleção brasileira, em 1970, enquanto reprimia e censurava opositores, legitimou a retórica do regime militar e foi o auge da apropriação política do esporte mais popular do Brasil. Por essa razão, se estudado como um fenômeno social e cultural, o futebol é também uma manifestação política.

Liberdade de expressão e identidade das torcidas femininas

O uso político do futebol também gera implicações para um dos principais atores nesse meio: o torcedor. Este, tem como vocação tradicional apoiar incondicionalmente o seu clube do coração nos estádios. Geralmente, tal paixão se manifesta pelo incentivo, pelo agito de bandeiras e pela entoação de cânticos. Há, porém, diversas concepções sobre o que é “torcer”, assim como há inúmeras formas legítimas de como “torcer” nos estádios. Uma delas é utilizar o futebol como meio para se manifestar social e politicamente, propagando ideias e causas, afinal, nos estádios de futebol, o torcedor não perde o *status* de cidadão: a arquibancada é, por excelência, o seu local de fala.

Em que pese a popularização do futebol para todas as camadas sociais – processo que se deu sobretudo a partir da Era Vargas –, mulheres nunca foram realmente estimuladas a praticá-lo. A sua exclusão chegou a ser positivada na legislação: o artigo 54 do Decreto-Lei 3.199/1941 proibiu-as de praticar esportes “incompatíveis com as condições de sua natureza”. Além do controle sobre o corpo das mulheres, estava em causa a subversão dos papéis, já que ao jogar futebol elas estariam a invadir um espaço que supostamente “pertencia” aos homens (FRANZINI, 2005). A história do futebol feminino no Brasil é, pois, a história do controle sobre os seus corpos, da retirada de sua potência e da secundarização (FIGUEIREDO, 2019).

Mesmo que a referida proibição tenha sido revogada em 1979, o primeiro campeonato brasileiro na modalidade feminina organizado pela Confederação Brasileira de Futebol ocorreu apenas em 2013. Isso escancara o fato de que o Brasil, conhecido mundialmente como o “país do futebol”, é na verdade o “país do futebol masculino”: um esporte de homens, com homens e para homens. Historicamente, o futebol sempre foi compreendido a partir de masculinidades culturalmente idealizadas, isto é, construído e naturalizado em estruturas associadas à afirmação de aspectos como a agressividade, a virilidade, a competitividade e a força (BARRETO, 2016).

De certa forma, o próprio termo “futebol feminino” torna-se excludente na medida em que é utilizado para enfatizar o fato de que é praticado por mulheres (JANUÁRIO; VELOSO, 2019). Nesse sentido, enquanto um campo social específico, o futebol também é um lugar que reproduz lutas pelo monopólio da função legítima que deve ter na sociedade (BOURDIEU, 2003). No espaço dos estádios, por exemplo, confrontam-se agentes com interesses específicos e contrapostos entre si. As torcidas que dominam as arquibancadas são formadas majoritariamente por homens e na sua maioria estão assentadas em arranjos que reproduzem e perpetuam padrões de masculinidades (TEIXEIRA, 2018).

A ideia de que o estádio não é um lugar adequado para as mulheres ainda possui muitos adeptos e isso é um dos fatores que inibe a sua presença nas arquibancadas. Por esse motivo, o espaço das arquibancadas pode ser entendido como um local de resistência, de autonomia e de construção das próprias identidades – estas aqui compreendidas como um processo constante de interação com o outro e com o mundo exterior pelo qual o indivíduo se constrói, se constitui e se enxerga como parte ativa de uma coletividade (NASCIMENTO; SAID, 2018). Atualmente, em muitos estádios pelo Brasil, as mulheres têm se organizado em grupos/coletivos nas arquibancadas. O intuito de formá-los – além de apoiar o seu clube – é utilizar o futebol como ferramenta de diálogo sobre problemas cotidianos que elas enfrentam.

As ações coletivas empreendidas pelas torcidas femininas lançam um novo olhar para o movimento, pois objetivam viabilizar as torcedoras não apenas como atores legítimos nos espaços do futebol, mas também como influentes nas discussões públicas. O associativismo das torcedoras, nesse caso, resulta “[...] das solidariedades e [das] alianças concretas efetivadas pelos atores sociais através de suas vivências coletivas nas redes de pertencimento das quais fazem parte” (HOLLANDA; TEIXEIRA, 2017). Dentro desses grupos, o mais importante não é o clube que torcem, mas o fato de estarem unidas em prol das causas que acreditam. O sentimento de pertencimento e a articulação de atos em conjunto, inclusive, contribuem para empoderá-las, permitindo – em última análise – a constituição de uma identidade coletiva para o movimento.

As pautas das torcidas femininas nas arquibancadas são um importante passo para conectar o futebol com os problemas sociais e políticos contemporâneos. Por isso, é impossível ver o esporte separado da sociedade, afinal, o futebol é social e a sociedade é política. Por exemplo, quando as torcidas femininas utilizam o futebol como meio para denunciar atitudes machistas de outros torcedores estão, na realidade, denunciando práticas preconceituosas enraizadas na própria sociedade. Diante desse cenário, deve-se pensar como garantir efetivamente a liberdade de expressão dessas torcedoras, afinal, não é incomum que esse direito seja desrespeitado e que o estádio seja um ambiente hostil a esse tipo de manifestação.

Tradicionalmente, o direito fundamental à liberdade de expressão é entendido como um trunfo individual contra a interferência estatal, ou seja, já estaria garantido pelo simples fato de o Estado não intervir na esfera individual. É preciso, no entanto, superar essa concepção jurídica e ir além, unindo a linguagem dos direitos humanos com a abordagem das capacitações de Martha Nussbaum (2011). Basicamente, a filósofa desenvolve uma estrutura teórica que parte de duas reivindicações normativas: (i) a liberdade para alcançar o bem-estar é de importância moral primária e (ii) o bem-estar é entendido em termos das capacitações e dos funcionamentos das pessoas. Em relação ao (ii) aspecto, os funcionamentos refletem aquilo que uma pessoa faz e como ela está. Já as capacitações envolvem as reais opções que uma pessoa possui para poder realizar um funcionamento (ROBEYNS; BYSKOV, 2020).

A abordagem das capacitações complementa a linguagem dos direitos humanos na medida em que enfatiza o aspecto material e social dos direitos humanos e defende a necessidade de ação estatal para proteger e garantir direitos (NUSSBAUM, 2011). Adotar o conceito de liberdade de expressão pela via das capacitações é de suma importância, pois o foco se desloca de uma análise abstrata/formal para uma análise real/material. Dessa maneira, no caso das torcidas femininas, o que se exige do Poder Público é, por um lado, não inibir as manifestações e, por outro, tomar todas as medidas possíveis para garantir que as torcedoras possam se manifestar com segurança.

A capacitação de liberdade de expressão requer não apenas a capacidade de falar, mas, sobretudo, as reais circunstâncias políticas e materiais em que essa capacidade de falar pode ser usada (NUSSBAUM, 2011). Assim, a capacitação de liberdade de expressão das mulheres em um estádio de futebol para se manifestar contra o machismo, por exemplo, não será plena, se houver receio de intimidação por parte de

outros torcedores ou receio de truculência dos próprios agentes de segurança. Nessa hipótese, mesmo que tenham liberdade – no sentido formal – para ir ao estádio, elas não terão liberdade – no sentido real – para falar abertamente nesse ambiente. Apenas haverá liberdade de expressão em termos materiais quando as capacitações relevantes para realizar os funcionamentos estiverem presentes.

Considerações finais

Como visto, não raramente políticos utilizam o futebol como instrumento político para elevar sua popularidade e/ou inflar o sentimento de identidade nacional. Enquanto campo social específico, esse esporte reproduz as lutas pelo monopólio da função legítima que deve ter na sociedade e, nesse caso, o uso político do futebol tem reflexos na forma como agem atores sociais que compõem o meio futebolístico. No caso das torcidas femininas especificamente, verifica-se que as mulheres ainda têm dificuldades para se inserir nele, considerando que as desigualdades de gênero existentes na sociedade acabam ultrapassando os muros do estádio.

A Constituição Federal endossa uma concepção de cidadania que reflete a especificação do sujeito de direito, a universalidade e a indivisibilidade dos direitos humanos (PIOVESAN, 2018) ao mesmo tempo que enfrenta o desafio de concretizá-la politicamente. Embora a Carta de 1988 garanta o direito à livre manifestação, como falar em liberdade para mulheres que podem ser vítimas de violência caso se manifestem sobre determinado tema? Essa é uma realidade comum em inúmeros ambientes e também se verifica nos estádios de futebol. Parece óbvio que as torcidas femininas não têm efetivamente liberdade para se manifestar nas arquibancadas sabendo que há probabilidade de sofrerem represálias, seja do Estado, seja de outros torcedores.

Portanto, é essencial pensar os direitos pela ótica das capacitações, pois, por meio dessa abordagem, as torcedoras têm direitos não quando – ou porque – existem na Constituição, mas se – e somente se – houver medidas afirmativas e institucionais para colocá-las em uma posição para realizar os funcionamentos relevantes nessa área. Considerando que a abordagem das capacitações de Martha Nussbaum tem a ver com o que as mulheres efetivamente são capazes de ser ou fazer e com quais são as reais oportunidades e liberdades existentes, as arquibancadas dos estádios também são meios para a representação e a expressão das suas identidades. Afinal, se o futebol é um fenômeno sociocultural, torcer também é um ato político.

Referências

- ABAL, F. **O direito no gramado**: o contrato de trabalho do atleta profissional de futebol. Passo Fundo: Edição do autor, 2016.
- ALMEIDA, S. Estado, direito e análise materialista do racismo. In: KASHIURA JR., C.; AKAMINE JR., O.; MELO, T. (Orgs.). **Para a crítica do direito**: reflexões sobre teorias e práticas jurídicas. São Paulo: Outras Expressões, 2015.
- BARRETO, S. A representação feminina na mídia esportiva: o caso Fernanda Colombo. **Observatório (OBS*) Journal**, Lisboa, v. 10, n. 1, p. 137-149, jan./jul. 2016. Disponível em: <obs.obercom.pt/index.php/obs/article/view/876>. Acesso em: 27 jun. 2021.
- BOURDIEU, P. **Questões de sociologia**. Tradução: Miguel Pereira. Lisboa: Fim de Século, 2003.
- COUTO, E. **Da ditadura à ditadura**: uma história política do futebol brasileiro (1930-1978). Niterói: Editora da UFF, 2014.

FIGUEIREDO, C. #martamelhorqueneymar: uma proposta de análise sobre o uso de uma hashtag como indício de silenciamento da mídia tradicional. In: LIMA, C.; BRAINER, L.; JANUÁRIO, S. (Orgs.). **Elas e o futebol**. João Pessoa: Xeroca!, 2019.

FRANZINI, F. Futebol é “coisa para macho”? Pequeno esboço para uma história das mulheres no país do futebol. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 25, n. 50, p. 315-328, jul./dez. 2005. Disponível em: <scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882005000200012>. Acesso em: 27 jun. 2021.

GUTERMAN, M. **O futebol explica o Brasil**: uma história da maior expressão popular do país. São Paulo: Contexto, 2009.

HELAL, R.; GORDON, C. A crise no futebol brasileiro: perspectivas para o século XXI. **Eco-Pós**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 37-55, jan./jul. 2002. Disponível em: <revistaecopos.eco.ufrj.br/eco_pos/article/view/1155>. Acesso em: 27 jun. 2021.

HOLLANDA, B. B. de.; TEIXEIRA, R. da C. Associativismo juvenil e mediação política: as torcidas organizadas de futebol no Brasil e a construção de suas arenas públicas através da FTORJ e da ANATORG. **Antropolítica**, Niterói, v. 42, n. 1, p. 236-264, jan./jul. 2017. Disponível em: <periodicos.uff.br/antropolitica/article/view/41896>. Acesso em: 27 jun. 2021.

JANUÁRIO, S.; VELOSO, A. Gênero, mídia e futebol: a cobertura midiática genderificada no Brasil. In: LIMA, Cecília; BRAINER, Larissa; JANUÁRIO, Soraya (Orgs.). **Elas e o futebol**. João Pessoa: Xeroca!, 2019.

NASCIMENTO, I.; SAID, G. Construção de identidades femininas: as narrativas sobre a Seleção Brasileira Feminina de Futebol no “Globo Esporte” e “Esporte Espetacular”. **Correspondencias y Análisis**, Lima, n. 8, p. 97-120, jan./dez. 2018. Disponível em: <doi.org/10.24265/cian.2018.n8.05>. Acesso em: 27 jun. 2021.

NUSSBAUM, M. Capabilities, entitlements, rights: supplementation and critique. **Journal of Human Development and Capabilities**, [s.l.], v. 12, n. 1, p. 23-37, 2011. Disponível em: <doi.org/10.1080/19452829.2011.541731>. Acesso em: 27 jun. 2021.

PIOVESAN, F. **Temas de direitos humanos**. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

RAMOS, R. **Futebol**: ideologia do poder. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1988.

ROBEYNS, I.; BYSKOV, M. The Capability Approach. In: ZALTA, Edward. **The Stanford Encyclopedia of Philosophy**. Stanford: Stanford University, 2020. Disponível em: <plato.stanford.edu/archives/win2020/entries/capability-approach>. Acesso em: 27 jun. 2021.

SCHWARCZ, L. Assombrados pela história. Das dificuldades de se construir uma democracia e uma res(pública). In: BITTAR, E. (Org.). **História do Direito brasileiro**: leituras da ordem jurídica nacional. 4. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2017.

TEIXEIRA, R. A Associação Nacional das Torcidas Organizadas do Brasil na arena pública: desafios de um movimento coletivo. **Antípoda**, Bogotá, n. 30, jan./mar. 2018. Disponível em: <dx.doi.org/10.7440/antipoda30.2018.06>. Acesso em: 27 jun. 2021.

Recebido em: 13.05.2021

Aceito em: 28.06.2021